Eleições Europeias

Bloco de Esquerda compromete-se a "parar a austeridade"

Defendendo uma política mais voltada para "o desenvolvimento e a criação de emprego, protegendo o poder de compra e o investimento público", o travão na austeridade é o primeiro ponto de uma lista de compromissos assumidos pelos candidatos bloquistas. "Pôr as finanças no lugar", "defender e reforçar o Estado social" e lutar por uma "Europa sem muros nem ameias", são outras questões defendidas pelo partido, que apresenta ao sufrágio do dia 29 uma lista com uma maioria de pessoas independentes e onde o interior do país tem uma forte representação

MARIA MEIRELES

"Com diferentes níveis de gravidade, toda a Europa está refém da obsessão da austeridade", acusa o Bloco de Esquerda (BE) que apresentou, no dia 24, em Vila Real os seus candidatos às eleições para o Parlamento Europeu e a sua lista de compromissos.

Os bloquistas assumem mesmo o compromisso de parar as políticas de austeridade levadas a cabo pelos líderes nacionais e europeus, que se mostram "indiferentes ao desastre económico que se agiganta à sua frente".

Acreditando que a solução para o combate à crise não estará em mais "30 anos de empobrecimento permanente", o Bloco defende "uma política económica virada para o desenvolvimento e a criação de emprego, protegendo o poder de compra e o investimento público".

O BE quer ainda que "os principais responsáveis pela crise respondam pelas suas consequências e participem nas soluções", defendendo a necessidade de "pôr as finanças no lugar", de "reestruturar as dívidas", de "recuperar os direitos sociais, proteger o trabalho e os salários", de promover a criação de mecanismos de "harmonização fiscal", entre outras propostas.

"Estes compromissos refletem escolhas para o nosso país e para a Europa. Na situação económica e social que vivemos, estas escolhas são uma emergência", defende o Bloco, garantindo que, por isso, "terão que ser implementadas, mesmo que isso signifique um confronto com as elites europeias que, de resto, se mostram incapazes de dar reposta às preocupantes dinâmicas de desagregação na União e nos seus Estados-Membros. Pela nossa parte, não ficaremos à espera nem obedeceremos a um eurocracia autoritária e incompetente, nem admitimos mais sacrifícios em nome do euro", garantem os candidatos do BE.

Pedro Soares, membro da Comissão Política do Bloco de Esquerda, esteve em Vila Real para apresentar a lista candidata às Europeias, uma lista composta "na maioria por independentes", uma "lista apartidária" e que teve como preocupação abrir o partido à sociedade. "É uma lista multidisciplinar, muito diversa e com pessoas com percursos políticos muito diferentes", sublinhou o mesmo responsável, frisando ainda o facto de terem sido escolhidos rostos que vão representar o interior do país.

Rui Cortes, professor catedrático e presidente do Conselho Científico da Escola de Ciências Agrárias e Veterinárias da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, entra na lista do BE no 20º lugar. "A desertificação está a pôr em causa o futuro do interior", lamentou o candidato.

O professor, que liderou a lista do Bloco à Câmara Municipal de Vila Real nas últimas eleições autárquicas, defende ser necessário "canalizar as verbas para o interior", sendo importante que, para isso, seja possível a essas regiões negociar os fundos europeus "diretamente com Bruxelas".

O candidato defendeu que é preciso "refundar o projeto europeu" e garantir uma maior participação dos cidadãos nas decisões que afetam o seu futuro e que atualmente são tomadas de forma centralizada.

Entre muitos outros aspetos sustentados por Rui Cortes, o candidato sublinhou a necessidade de valorizar o Parlamento Europeu.

De sublinhar que, no domingo, se deslocou ao distrito Marisa Matias, a cabeça-de-lista do BE às Eleições Europeias.

No complexo de lazer do Codessais

"Manhãs no parque Corgo" começam no domingo

Vai iniciar-se no próximo mês de maio, organizada pelo Município de Vila Real, em parceria com a ACES Douro – USP - Unidade de Saúde Pública, a Associação de Ginástica de Vila Real e a Associação Distrital de Karaté, a iniciativa "Manhãs no Parque Corgo".

Mais do que desenvolver uma modalidade específica, pretende-se transformar o Parque Corgo num espaço transdisciplinar, onde cada cidadão, semana após semana, possa participar em variados desportos e atividades. Estas atividades desportivas vão desenrolar-se aos domingos, das 9h30 às 12h00, durante 12 semanas, com início no dia 4.

O Parque Corgo é uma das zonas mais aprazíveis da cidade de Vila Real. Situa-se nas margens do rio que lhe dá nome, e tem uma área de cerca de 33 hectares. Está ligado ao Parque Florestal, um verdadeiro pulmão da cidade. Todo este espaço, de profunda comunhão com a natureza e fuga da vida citadina, convida à prática desportiva e a hábitos de vida saudáveis.

Este projeto tem o apoio de várias Academias / Ginásios e Clubes / Associações do concelho.

Miradouro 3

"Fait Divers"

Armando Moreira

1 – PARTIDOS

Foi notícia, há pouco tempo, que o Tribunal Constitucional tinha multado praticamente todas as forças políticas, por irregularidades ou ilegalidades detetadas nas contas apresentadas entre 2005 e 2009 e que as multas atingiram os 2,26 milhões de euros. Isto leva-nos novamente à reflexão, sobre o financiamento dos Partidos Políticos.

Quem conhece minimamente deste assunto sabe que o financiamento das campanhas eleitorais – porque é disso que se trata, não tem a mínima transparência, nem é possível que tenha, se se quiser levar à risca, o que determina a legislação em vigor. Esta é muito restritiva, designadamente no que respeita aos montantes das despesas que as candidaturas se propõem efetuar, porque, quando se está no terreno e em campanha o desejo natural de cada candidato, é o de tentar chegar o mais longe possível, para obter o melhor resultado. Apelar por isso, ao rigor orçamental, num momento desses, é chover no molhado.

Terminada a campanha, para acerto de contas, os responsáveis não encontram outra solução, se não martelar os números. Ora isto, em democracia, não deveria poder suceder.

Há muitos países democráticos, de que citamos os E.U.A cujo sistema todos conhecemos melhor, em que o peso das candidaturas se afere pelos montantes de apoio financeiro, que vão sendo angariados, publicamente, e às claras. Porquê? Porque o financiamento das campanhas eleitorais é exclusivamente obtido através da contribuição dos particulares e simpatizantes de cada candidato. Sistema que vimos advogando desde há muito. Não tem que ser o Orçamento de Estado a financiar os Partidos Políticos. Estes, é que têm de influenciar os seus militantes e simpatizantes, sendo os donativos e contribuições, feitos às claras, como objeto de apoio à causa pública e, por isso, suscetíveis de serem considerados para desconto nas contribuições fiscais do respetivo doador.

Assim se aliviaria o Orçamento do Estado, do pesado encargo de financiar os Partidos e se desonerariam estes de estar a ocultar despesas de campanha, uma vez que receita e despesa estavam automaticamente registadas, no momento da doação. Enquanto se não optar por este sistema, continuaremos a assistir ao Tribunal de Contas a correr atrás dos responsáveis partidários e estes, naturalmente, a procurar justificar o injustificável. Como se escrevia no Jornal Expresso, de onde esta notícia foi respigada, o exemplo que os Partidos dão envergonha o regime, mas isso, pelos vistos, já não interessa a ninguém.

2 – SOCIALISMO NA GAVETA

Em tempos imemoriais, o Dr. Mário Soares meteu, a contragosto, o socialismo na gaveta, para poder endireitar, as contas do país. O mesmo tem sucedido, um pouco por todo o mundo, e em particular na Europa. Quando o eleitorado insiste em perseguir os slogans do facilitismo, são depois os próprios detentores do poder (vendedores de ilusões em campanha), quem, regressando à terra, não têm outro remédio senão encarar de frente a realidade dos factos.

Sucedeu agora em França, onde o Sr. Hollande, um ídolo do Dr. José Seguro, como repetidamente tem afirmado, está a aplicar sob as ordens de uma novo Primeiro-ministro – o Sr. Manuel Vals (um franco-catalão), medidas semelhantes às que vêm sendo impostas a Portugal pela TROIKA, designadamente a redução em 2015, do deficit público para 3% do produto interno bruto (PIB), o que obrigará a uma política de rigor orçamental que implica cortes na ordem dos 50 mil milhões de euros.

Para quem ouve diariamente o falar doce de António José Seguro, não será pedir muito que ouça os conselhos do seu amigo e admirado Hollande, que também convenceu os eleitores franceses com cantos de sereia. Mas foram estes mesmos eleitores quem, ao cabo de menos de dois anos de governação, lhe apontaram agora a porta de saída, nas eleições autárquicas.

Mas isto serão os eleitores portugueses a decidir, no momento próprio.

Nós, só estamos a constatar.